

Espaço público

A justiça e a estratégia do “um a um”

Editorial



Marta Moitinho Oliveira



Apresentar medidas, em vez de um pacote de reformas, pode não ser assimilado por quem está no sistema de justiça, nem por quem o usa. É uma estratégia arriscada e Rita Júdice Alarcão sabe-o

Falta de decisão política, lentidão na feitura das leis necessárias, falta de funcionários judiciais, falta de meios informáticos e falta de meios periciais. Estas são só algumas das queixas que agentes ao mais alto nível do sector da justiça deixaram ontem inscritas na cerimónia de abertura do ano judicial.

Do presidente do Supremo Tribunal de Justiça ouviu-se a crítica mais incisiva: “Como é possível tamanha inércia política?”, interrogou João Cura Mariano. Do procurador-geral da República, Amadeu Guerra, ouviu-se a referência aos “países ricos” – dêem-nos aquilo de que precisamos e depois avaliem-nos. Um argumento para rebater a ideia de que é possível uma avaliação justa quando se tenta fazer o melhor possível com os poucos recursos disponíveis.

O discurso da falta de meios não é todo uma novidade nas cerimónias

de abertura do ano judicial. Em 2023, a então líder do Ministério Público, Lucília Gago, considerou hipócrita a acusação de atrasos por parte do Ministério Público num cenário de carência de meios. Um ano antes, era Marcelo Rebelo de Sousa que punha o dedo na ferida: “Há falta de magistrados? Há problemas no acesso? Que se resolva esse problema aí e noutras áreas carenciadas de recursos humanos.”

De ano para ano parece que pouco se resolve para quem está todos os dias a trabalhar no terreno. Antecipando as críticas, a ministra da Justiça lembrou o trabalho já feito e em curso, passou ao lado do caderno de encargos deixado pelos principais agentes do sector e recusou anúncios bombásticos com embrulho de reforma da justiça. Mostrando-se descrente em planos estratégicos, preferiu enunciar um conjunto de mudanças que tem na agenda política. A saber: o “confisco” de

bens obtidos pela corrupção, um grupo de trabalho para promover a celeridade processual e combater os expedientes dilatatórios, uma proposta de revisão dos estatutos dos magistrados judiciais e do Ministério Público e uma proposta para regular as assessorias de todos tribunais.

Sem uma maioria na Assembleia da República, o Governo não pode colocar todas as fichas num acordo de regime que arrisque morrer às mãos do Parlamento mais fragmentado de sempre. Mas apresentar várias medidas, em vez de um pacote de reformas, pode não ser assimilado por quem está no sistema de justiça, nem por quem o usa. É uma estratégia arriscada e Rita Júdice Alarcão sabe-o. Mas, ainda assim, assume preferi-la ao enunciar que quer “resolver os problemas um a um, mesmo que não sejam imediatamente perceptíveis para o cidadão”. Uma estratégia que precisa de tempo para mostrar o que vale.

CARTAS AO DIRECTOR

Reforma da justiça

Tendo ouvido no passado de quem trabalha em tribunais e confirmado pelos depoimentos diversos disponíveis nos *media*, venho perguntar se o Estado por via dos governos dos últimos anos não teve ou tem disponibilidade financeira para pagar aos funcionários judiciais as horas extraordinárias. A ser verdade é imoral.

Manuel Gilberto Anselmo, Vialonga

Falta de leitura actual

Relativamente à crónica “Eça está vivo, o que é um grande problema para Portugal”, de Pedro Adão e Silva, publicada no domingo, autor de quem prezo a inteligência e o nível cultural das suas crónicas, tenho a observar que Eça só está actual aplicado a uma certa elite política e económica (em que se inclui a classe política em geral), como o povo de Gil Vicente continua, *mutatis mutandis*, actual. A crónica lamentavelmente carece de leitura dos romances de António Lobo Antunes, de

Saramago a partir de *Ensaio sobre a Cegueira*, e de Gonçalo M. Tavares. Estes sim, principalmente o primeiro, é o Eça de hoje com o português labiríntico e popular actual.

Miguel Real, Colares

País provinciano

Pedro Adão e Silva, no seu artigo “Eça está vivo...”, coloca várias questões de índole literária, social e filosófica. Quando culmina o artigo com “Um exercício que enquanto nos diminui, arrasta o escritor” ao dar ênfase à crítica que Pessoa fazia do mesmo ao tratá-lo por provinciano. Bem vistas as coisas, um país onde a maioria das pessoas só tem tempo para comer e dormir só poderá ser provinciano. E não é por causa das elites, elas estão lá a compor a estrutura e imagem social, não são propriamente empreendedoras, ou investidoras de risco nas áreas culturais. Se vemos as galerias de arte às moscas, as livrarias, os cinemas e os teatros, *idem*, aspas aspas, tal deve-se a uma comunicação deficiente por parte dos

agentes culturais, os quais não abdicam das suas politiquices ancestrais. É um mal que está incutido no ADN da nossa sociedade.

João Camacho, Alcanede

Gestores das escolas

O texto de Paulo Prudêncio “Extinga-se o Conselho das Escolas” é uma chamada de atenção para o excesso de protagonismo que têm tido os gestores das escolas – protagonismo, em muitos casos, crescentemente autocrático, que a sua (inadequada) designação legal, como directores, têm contribuído para aumentar. A linguagem não serve apenas para nomear, constrói significados e cria expectativas sociais. Entendo-a, neste caso, como um enviesamento intencional do legislador, que terá razões político-ideológicas para, simultaneamente, minimizar arditosamente o órgão de direcção que é o Conselho Geral. Como, na prática, o Conselho Geral está enredado em condições que impedem ou dificultam decisões verdadeiramente democráticas,

este ímpeto para os gestores escolares quererem mais poderes, perpetuando-se nos cargos, contribuirá ainda mais para o seu esvaziamento. E isso é tão mais perigoso quanto consonante com o espírito de desdemocratização do tempo que corre.

Almerindo Janela Afonso, Braga

A narrativa do racismo

O que espoleta o ódio e as reacções ao alegado racismo é a exacerbção das críticas dos opinadores e das posturas politizadas idealistas. Se as tv não tivessem transmitido as imagens da maneira como o fizeram; se os comentários desenvolvidos não tivessem forjado narrativas empoladas e sem se basearem em dados oficiais, não teria havido consequentes reacções exageradas sobre/contra o (alegado) racismo. Em vez de hiperbolizarem percepções inquinadas por idealismos, estudem-se medidas pragmáticas para os problemas. O ódio ao (alegado) ódio é alimento para mais ódios.

Luís Filipe Rodrigues, Santo Tirso

Verificação de factos

Tem causado enorme burburinho o facto de a Meta deixar de verificar conteúdos na rede Facebook. A apuração da verdade das notícias e diferentes intervenções não têm sido ponto de honra da maioria dos órgãos de informação. Quem verifica os anúncios israelitas de que os hospitais de Gaza albergam militantes do Hamas? As televisões partilham notícias e imagens da guerra Ucrânia-Rússia sem confirmação das fontes. É sabido que o advento das redes sociais e mecanismos de comunicação contribuíram para uma rápida visualização de conteúdos. É que se os controladores forem de extrema-direita ou de extrema-esquerda, a verdade não está a ser dissolvida? A actual (des)ordem mundial tem ferido de morte inúmeras reservas de confraternização. Ou querem impedir publicações na Meta considerando Netanyahu e Biden criminosos de guerra?

Ademar Costa, Póvoa de Varzim